

## Equipe de Bolsonaro quer produtividade 20% maior até 2022

Por Daniel Rittner | De Brasília



Carlos Alexandre Da Costa, economista do grupo do candidato do PSL: "Outros países conseguiram dar salto semelhante".

O grupo de economistas responsável pelo plano de governo do candidato Jair Bolsonaro (PSL) propõe a criação de um "superconselho", ligado à Presidência da República ou ao Ministério da Economia, para coordenar e monitorar programas que aumentem a competitividade da economia brasileira. A principal meta é elevar em 20% a produtividade do trabalho no ciclo presidencial 2019-2022.

Um cardápio de medidas está sendo pensado para o início do governo Bolsonaro. Algumas ações já tramitam no Congresso Nacional, mas sofreram com a paralisia legislativa dos últimos meses. É o caso da lei geral das agências reguladoras, o aperfeiçoamento da lei de recuperação judicial e o projeto que torna obrigatório o cadastro positivo, na tentativa de diminuir as taxas de juros para os

bons pagadores.

Outro ponto de destaque é o planejamento de um cronograma para a redução unilateral das tarifas de importação, com foco em bens intermediários, bens de capital e de informática. Com isso, o que se busca é derrubar o custo de produção e acelerar a incorporação de novas tecnologias na indústria, de maneira horizontal.

Uma das grandes apostas gira em torno do Programa Nacional de Qualificação de Capital Humano, que deverá juntar sob o mesmo guarda-chuva e ampliar escopo de iniciativas bem avaliadas pela campanha de Bolsonaro, como o Brasil Mais Produtivo. Lançado no fim do governo Dilma Rousseff e mantido com Michel Temer, ele prevê intervenções rápidas, por meio de reorganização dos processos produtivos em pequenas e médias indústrias. São uma espécie de consultoria, com atendimento de 120 horas por empresa, mas só 3 mil foram beneficiadas até agora.

Apesar da implementação pelos ministérios setoriais, todas as ações serão coordenadas e monitoradas pela Comissão de Produtividade, conforme o desenho feito pelo grupo liderado por Paulo Guedes - já anunciado como superministro da Economia em um eventual governo Bolsonaro. O novo órgão, composto por membros do governo e

possivelmente por expoentes do setor privado, teria papel-chave no gerenciamento dos programas.

"O próprio Banco Mundial, em seus estudos, recomenda a criação de um órgão de governança sistêmica para a produtividade", disse ao Valor o economista Carlos Alexandre Da Costa, responsável pelo assunto no grupo de Guedes. Diretor do BNDES até abril e ex-coordenador de programas acadêmicos do Ibmecc, Costa é um dos fundadores da escola de negócios Institute of Performance and Leadership (iPL).

"A Comissão de Produtividade, inspirada no modelo australiano, poderia ter colaboradores externos e seria comparável à Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado, mas vinculada à Presidência da República ou ao Ministério da Economia", afirmou.

Para o economista, aumentar a produtividade do trabalho em 20% nos próximos quatro anos representa uma meta "ousada e viável". "Outros países já conseguiram dar salto semelhante no mesmo período", disse. Entre 1995 e 2017, segundo ele, houve avanço anual médio de 0,7%. Um trabalhador brasileiro, que produzia 41% de um americano em igual número de horas, hoje produz só 25%. Em setores como alimentos e bebidas, construção civil, têxtil, equipamentos elétricos e eletrônicos





a comparação entre brasileiros e americanos é ainda pior.

Para Costa, a melhoria da produtividade passa por uma ampla gama de fatores. Na avaliação dele, a busca por um choque de competitividade envolve soluções para o problema macroeconômico (volta do superávit primário e queda da taxa de juros no longo prazo) e melhoria do ambiente de negócios (simplificação tributária, facilitação na abertura de empresas, expansão do crédito e redução de spreads).

Na infraestrutura, Costa cita três pontos fundamentais: terminar marcos regulatórios incompletos (caso do saneamento básico), cobrar prazos para a obtenção de licenças e autorizações (ele sugere 60 dias de limite para uma resposta ao setor privado) e planejamento de longo prazo (com um calendário plurianual de concessões).

O ex-diretor do BNDES menciona todas essas frentes porque, segundo ele, não se aumenta a produtividade sem olhar para o conjunto da obra. Mas algumas questões precisam ser atacadas com ênfase especial, como a inovação, que hoje tem políticas de incentivo espalhadas em 51 diferentes programas oficiais. "O governo sofre com a pulverização de ações", afirma Costa, dando um exemplo da importância da comissão para coordenar tudo o que se faz. "Mas, de forma geral, hoje os incentivos estão mais focados em bolsas de estudo e menos em inovação dentro das empresas."

Ressalvando que todas essas ações ainda constituem uma proposta do núcleo de economistas e dependeriam do aval do próprio Bolsonaro para serem levadas adiante, ele defende uma redução unilateral das tarifas de importação e de barreiras não tarifárias. Isso faz

parte, segundo ele, da agenda de combate às distorções regulatórias e de estímulo à concorrência. "Queremos fazer essa redução com o tempo necessário para as empresas se adequarem."

Apesar da provável resistência da indústria brasileira à medida, Costa acredita que uma queda gradual das alíquotas seria possível, principalmente se estiver voltada a áreas envolvidas no processo produtivo - bens intermediários (insumos) e bens de capital. "Depende muito [a resistência] do tamanho da redução."

"Desde a década de 80 que a nossa produtividade total dos fatores anda de lado", disse o economista. "Houve um aumento discreto logo após o Plano Real e outro no biênio 2005/06, mas tem se mantido estagnada ou caindo desde então. É hora de mudar isso."

## Paulo Guedes trabalha na criação de uma reforma fiscal mais abrangente

*Pacote inclui imposto único federal, venda de estatais para reduzir a dívida e desvinculação do Orçamento*

Alexa Salomão

São Paulo- A duas semanas do fim do segundo turno, com as pesquisas indicando Jair Bolsonaro (PSL) como favorito, o economista Paulo Guedes e sua equipe trabalham para definir alguns pontos ainda em aberto na agenda econômica, segundo pessoas próximas que falaram à Folha na condição de anonimato.

A ambição do grupo é produzir uma ampla reforma fiscal. Numa analogia, o ponto de partida é o teto dos gastos, que será mantido, e sob o qual serão colocados novos pilares que buscam, principalmente, cortar gastos.

No caso da reforma da Previdência, amais aguardada pelos especialistas em contas públicas, o compasso é de espera.

É certo que o programa vai incluir a adoção do sistema de capitalização —em que cada pessoa faz sua própria poupança para bancar a aposentadoria no futuro. Os demais detalhes estão em discussão.

O trabalho redigido pelos irmãos Abraham e Arthur Weintraub é bem cotado, mas Guedes sinalizou ao economista Armínio Fraga que quer avaliar sua proposta.

A título de contribuição ao debate sobre políticas públicas no Brasil, Fraga organizou alguns grupos para elaborar propostas sobre grandes temas. O especialista em Previdência Paulo Tafner está concluindo o trabalho nessa área.

Algumas medidas, mais arrojadas, dependem de costuras políticas.

Guedes defendeu em entrevistas que precisa privatizar estatais e vender imóveis da União. Sua proposta é angariar recursos para abater a dívida de curto prazo, reduzir o gasto com pagamentos de juros, redirecionando esse dinheiro para outros fins, como investimentos.

Bolsonaro, porém, em entrevista à Band refutou a venda da Eletrobras.

Em palestras a empresários e integrantes do mercado financeiro, Guedes também falou mais de uma vez contra a rigidez imposta ao Orçamento da União.

Hoje, 92% dos recursos são despesas travadas — ou seja, têm destino definido por lei.

Dentro desse escopo estão as despesas obrigatórias, como Previdência, folha de pagamento, abono salarial, renda para deficientes e idosos.

Há também as chamadas despesas vinculadas, destinadas para saúde e educação.

A partir da regra do teto de gastos, União tem a obrigação de gastar nessas áreas no mínimo o Orçamento do ano anterior corrigido pela inflação.

E mais, por norma constitucional, estados devem destinar 12% da receita líquida de impostos para a saúde; municípios, 15%, incluindo transferências da União. No caso da educação, estados e municípios precisam destinar 25% da arrecadação, também incluindo transferências.

Desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, passando pelas gestões do PT e de Michel Temer, o governo federal têm recorrido à DRU (Desvinculação de Receitas da União) para poder usar livremente parte do dinheiro.





Hoje cerca de 30% dos tributos federais, atrelados por lei a fundos ou despesas, estão desvinculados por meio da DRU. As fontes de recursos são principalmente contribuições sociais.

Em suas palestras, Guedes defendeu um novo arranjo fiscal, com a descentralização de recursos e atribuições.

Ele disse que "a classe política só vai recuperar o protagonismo na condução das políticas públicas quando reassumir o controle do Orçamento da União com a desvinculação total, que liberaria recursos para estados e municípios".

Tal medida dependeria da aprovação de uma PEC (proposta de emenda à Constituição), que precisa ser aprovada por três quintos dos parlamentares em dois turnos na Câmara e no Senado. Como a medida beneficia estados e municípios, espera-se apoio.

O capítulo mais avançado é o da reforma tributária.

O entendimento geral é que não há espaço para aumento da carga e prevalece a preferência pela criação

do imposto único federal. O novo tributo funde, por exemplo, PIS/Cofins e IPI (Impostos sobre Produtos Industrializados).

A dúvida é sobre qual base de cálculo esse imposto deve incidir: sobre um IVA, nos moldes proposto pelo economista Bernard Appy, ou no modelo do economista Marcos Cintra, que propõe a incidência sobre pagamentos.

A proposta também prevê o fim da maioria das contribuições—alvo de constantes divergências com os governos estaduais. A contribuição é um tipo de tributo que a União não tem obrigação de compartilhar com os estados.

Nos últimos 20 anos, o aumento da carga tributária ocorreu principalmente via contribuições.

Como antigo defensor da autonomia dos entes federados, como ocorre nos Estados Unidos, Guedes descarta interferências da União sobre estados e municípios. Sua reforma não mexe nos tributos estaduais e municipais, o que deixa para os estados a gestão do ICMS e tira da cena política divergências nessa esfera.